



# CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

## Serviço de Protocolo Geral

Processo: 5707/2012 Projeto de Lei : 242/2012

Data e Hora: 24/10/2012 18:12:19

Procedência: Zecarlinho

Estabelece que a aquisição de livros para o abastecimento das bibliotecas públicas municipais de Vitória, deverá observar o montante de 4% de livros em formatos acessíveis, para o benefício de pessoas com deficiência Visual e das outras

EX 7

✓

Estabelece que a aquisição de livros para o abastecimento das bibliotecas públicas municipais de Vitória, deverá observar o montante de 4% de livros em formatos acessíveis, para o benefício de pessoas com deficiência Visual e dá outras providências

**PROJETO DE LEI 12012**

**Estabelece que a aquisição de livros para o abastecimento das bibliotecas públicas municipais de Vitória, deverá observar o montante de 4% de livros em formatos acessíveis, para o benefício de pessoas com deficiência visual e dá outras providências**

**Art. 1º.** A aquisição de livros por parte do Poder Público para o abastecimento das bibliotecas públicas municipais deverá observar, obrigatoriamente, o montante de 4% de livros em formatos acessíveis, para benefício de pessoa com deficiência visual.

**Art.2º.** Para fins desta Lei entende-se como livro em formato acessível qualquer obra disponibilizada em Braille, livros gravados no formato áudio-livro, e outros meios que permitam à pessoa, com tal autonomia, a fruição da obra.


**Art.3º.** O percentual de 4% previsto no artigo 1º desta Lei abrangerá o maior número de obras e autores possíveis, dos mais variados gêneros literários, de modo a permitir a construção sistemática de um amplo catálogo de obras acessíveis disponíveis nas bibliotecas pública municipais.

**Art.4º.** A capacitação dos servidores para a implantação e utilização da tecnologia de geração de áudio livros (formato DAISY) nas Bibliotecas Públicas Municipais, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 5º.** No âmbito de aplicação desta Lei, o Poder Executivo poderá criar programas e ou eventos culturais voltados ao estímulo da leitura por parte das pessoas com deficiência visual.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentarias próprias, suplementadas se necessário.

Edifício "Paulo Pereira Gomes", em 22 de outubro de 2012.



**Zecarlinho Ferreira**  
Vereador de Vitória



### JUSTIFICATIVA

Para que o aprendizado e conhecimento seja completo e significativo é importante possibilitar ferramentas a pessoa com deficiência visual, além disso torna-se necessário criar um ambiente que privilegia a convivência e a interação com diversos meios de acesso à leitura, possibilitando assim condições de vida às pessoas com deficiência visual.

Entre as garantias previstas na legislação, relativa aos direitos humanos e, em especial, a estas pessoas encontra-se as de equiparação de oportunidades e de acessibilidade, sobre as quais a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).

*“Artigo 9º 1. A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público”.*

Promover a acessibilidade, significa assegurar, o acesso das pessoas com deficiência a melhores condições de conhecimento e informação. Inclusive a utilização da tecnologia de geração de áudio livros (formato DAISY), têm favorecido um avanço qualitativo no desempenho dessas pessoas.

O efetivo desenvolvimento de ações desta natureza favorece a reversão da difícil realidade sociocultural deste público, pois o acesso a informação, sobretudo quando potencializado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, pode oportunizar aos usuários com deficiência visual a conquista de sua autonomia e independência, conquistas estas, que representam um passo significativos no sentido de superarmos o abismo que ainda hoje nos separam da tão sonhada inclusão social.

Edifício “Paulo Pereira Gomes”, em 22 de outubro de 2012.

**Zecarlinho Ferreira**  
Vereador de Vitória



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Feito por \_\_\_\_\_

Conferido por André

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
5707	03	<u>Q</u>

INCLUIDO NO EXPEDIENTE

Em 25/10/2012

\_\_\_\_\_  
DIRETOR

INCLUA-SE EM PAUTA P/  
DISCUSSÃO ESPECIAL

Em 01/10/12

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 1ª DISCUSSÃO

Em 06/11/2012

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 2ª DISCUSSÃO

Em 07/11/2012

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

PAUTADO EM 3ª DISCUSSÃO

Em 28/11/2012

\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE DA CÂMARA

AO S.A.C. (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)  
PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO  
ÀS COMISSÕES ABAIXO

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_
- 4) \_\_\_\_\_

EM 12 / 11 / 2012

DIRETOR DEL

*Lauro Cypriste*  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
Câmara Municipal de Vitória

À Assessoria Jurídica

Para análise preliminar da matéria,

Em, 13 / 11 / 12.

Secretária das Comissões

SAC - SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES

*Jaqueline R. F. Freitas*  
Jaqueline R. F. Freitas

# Câmara Municipal de Vitória-ES

Comissão de Justiça

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5707	04	Eve

## ANÁLISE PRELIMINAR DA MATÉRIA

AUTOS DO PROCESSO Nº 5707/2012

PROJETO DE LEI Nº 242/2012

### RELATÓRIO

Em síntese, trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Vereador **ZECARLINHO**, onde "estabelece que a aquisição de livros para abastecimento das bibliotecas públicas municipais de Vitória, deverá observar o montante de 4% de livros em formatos acessíveis para o benefício de pessoas com deficiência visual e dá outras providências".

Os autos vieram a Assessoria Jurídica para emitir análise preliminar sobre a legalidade da matéria.

### FUNDAMENTAÇÃO

Preceitua categoricamente, o artigo 30, I da Constituição Federal do Brasil.

**Art. 30** - Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;  
(...).



# Câmara Municipal de Vitória-ES

## Comissão de Justiça

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5707	05	Eva

Pela simples leitura do dispositivo supracitado, observamos que os municípios também possuem competência para legislar sobre matéria urbanística local.

Pois, os interesses locais, são aqueles relacionados ao cotidiano da vida municipal, que dizem respeito diretamente aos municípios.

Quanto a regimentalidade, não há vício capaz de impedir seu prosseguimento, uma vez que o projeto de lei nº 242/2012, está em consonância com o art. 40, inciso I e II, do Regimento Interno desta Casa.


À vista disto, o presente projeto não fere ao ordenamento jurídico da União, do Estado e principalmente do município.

### **CONCLUSÃO**

Sendo assim, mediante o exposto, não existindo vício de ilegalidade, de inconstitucionalidade ou contrário a Lei Orgânica ou ainda, contrário ao interesse público, opino favorável pela sua apreciação

É como entendo, S.M.J.

Em 14/11/2012.

  
**Bruno Ferreira da Paixão**  
Assessor Jurídico



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5707	06	Eva

**COMISSÃO DE JUSTIÇA**

Ao Sr Vereador.....

.....para relatar

Em 29 / 11 / 2012

Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Comissão de Constituição e Justiça,**  
**Serviço Público e Redação**  
*Gabinete do Vereador Luisinho*

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5707	07	809

**Processo: 5707/2012.**

**Projeto de Lei: 242/2012.**

**Procedência: Vereador Zecarlinho.**

**Ementa: “Estabelece que a aquisição de livros para o abastecimento das bibliotecas públicas municipais de Vitória, deverá observar o montante de 4% de livros em formatos acessíveis, para o benefício de pessoas com deficiência visual e dá outras providências.”.**

**PARECER**

**I – Relatório:**

Cuidam os autos, em breve síntese, de projeto legislativo com o objetivo de estabelecer percentual fixo de aquisição de livros em formatos acessíveis quando das compras de obras literárias para as bibliotecas municipais.

**II – Parecer do Relator:**

Como visto no relatório, pretende o projeto que, na hipótese de compra de obras literárias para as bibliotecas municipais, seja observado percentual de 4% (quatro por cento) em relação a livros com formatos acessíveis.

O projeto contempla relevo social, notadamente quando se depara com os seguintes dados contidos em notícia divulgada pelo Ministério da Educação: *“Pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendada pelo Ministério da Cultura, revelou que apenas 9% das bibliotecas públicas municipais possuem seção Braille. Aliado a isso, durante o ano passado, a Diretoria de Direitos Intelectuais da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC), juntamente com a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, da Secretaria de Articulação Institucional (SAI/MinC), realizou uma série de reuniões com associações que representam pessoas com deficiência visual e entidades que trabalham com a produção de livros acessíveis e constatou a carência de obras literárias em formatos acessíveis disponíveis para pessoas cegas ou com baixa visão. “A democratização do acesso ao livro passa também pela necessidade de oferta de formatos acessíveis. Por isso que os editais do Ministério da Cultura, na área de livro e leitura, têm contemplado a exigência de livros nestes formatos”, afirma o diretor de Livro, Leitura e Literatura da SAI/MinC, Fabiano dos Santos Piúba. O diretor de Direitos Intelectuais da SPC/MinC, Marcos Alves de Souza, acrescenta que “não é possível aumentar a demanda sem que se invista também em estruturas de produção e distribuição destes livros, garantindo uma rede descentralizada e que considera as particularidades regionais”.<sup>1</sup>”.*

Observo, todavia, que o art. 4º do projeto atenta contra o art. 80, Parágrafo único, IV, da Lei Orgânica do Município de Vitória, uma vez que dá atribuições a Secretaria Municipal.

<sup>1</sup> <http://www.cultura.gov.br/site/2010/06/07/distribuicao-de-livros/>



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**Comissão de Constituição e Justiça,**  
**Serviço Público e Redação**  
**Gabinete do Vereador Luisinho**

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5707	08	Ewa

Comissão de Justiça  
Aprovado o Parecer  
Ao Depto. Legislativo para as devidas providências  
Em, 20 / 06 / 2012  
Presidente

Da mesma forma, percebo que o art. 5º do projeto emana caráter autorizativo.

Nos dias atuais existe jurisprudência consolidada no sentido de que os projetos legislativos não impositivos, de natureza autorizativa, são desnecessários, já que neles inexistente conteúdo vinculativo, mas acima de tudo se apresentam como inconstitucionais, dado que acabam por avançar sobre matérias atreladas a iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Em lúcido parecer sobre o tema, tornado público pela Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados<sup>2</sup>, o Consultor Legislativo Marcio Silva Fernandes assim explicou: *“O projeto autorizativo nada acrescenta ao ordenamento jurídico, pois não possui caráter obrigatório para aquele a quem é dirigido. Apenas autoriza o Poder Executivo a fazer aquilo que já lhe compete fazer, mas não atribui dever ao Poder Executivo de usar a autorização, nem atribui direito ao Poder Legislativo de cobrar tal uso. A lei, portanto, deve conter comando impositivo àquele a quem se dirige, o que não ocorre nos projetos autorizativos, nos quais o eventual descumprimento da autorização concedida não acarretará qualquer sanção ao Poder Executivo, que é o destinatário final desse tipo de norma jurídica. A autorização em projeto de lei consiste em m era sugestão dirigida a outro Poder, o que não se coaduna com o sentido jurídico de lei, acima exposto. Tal projeto é, portanto, injurídico (...).”*

Por sinal, nos anais de nossa Casa de Leis, reconhecendo a posição consolidada pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 1.136 – 7 e 2.367 – 5, bem como da representação nº 993 – 9, oriunda da Procuradoria Geral da República, foi aprovada a Lei Municipal n.º 8.299/2012, sendo consignado no seu art. 1º que: *“Fica considerado inconstitucional as proposições de caráter autorizativo, de iniciativa de parlamentares. Parágrafo único. As proposições, de que trata o artigo 1º, receberão pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação, pela inconstitucionalidade quando da análise desta proposição, impetrado na forma do artigo 40 do Regimento Interno, quando da análise técnica, desta comissão.”*

Feitas as ressalvas pertinentes, dada a possibilidade de aperfeiçoamento por emendas - inclusive, em Plenário, conforme artigos 206 e 207 do Regimento Interno - opino de modo favorável aos aspectos definidos no artigo 40, I, do mesmo diploma.

Sou, pois, pela **constitucionalidade** do projeto legislativo.

Edifício Paulo Pereira Gomes, 12 de dezembro de 2012:

**Vereador Luisinho – PDT**



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Câmara Municipal de Vitória		
Processo	Folha	Rubrica
5707	09	Em

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Educação

Ao Sr. Vereador \_\_\_\_\_

para relatar.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/200\_\_

Presidente

Sr. Diretor do DEL

Para as devidas providências, conforme  
determina o Art. 137, Regimento Interno.

Em, 15/03/2013



Jacqueline Rocha F. Freitas  
Secretária das Comissões Permanentes

ARQUIVE-SE  
Em, 05/08/2013

Câmara Municipal de Vitória  
Lauro Cypreste  
Diretor do Departamento  
Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA